

- 1. Os valores republicanos, laicos e humanistas são estruturantes da vossa acção política? Que questões consideram prioritárias para, na próxima legislatura, aprofundar a liberdade individual e a igualdade dos cidadãos, tomando como referência a cidadania republicana num Estado desejavelmente mais laico, e uma sociedade futura sem distinções entre cidadãos por critérios de religião, etnia ou «raça»?**

Sim. Consideramos absolutamente essencial o respeito por todas as pessoas, independentemente da sua etnia ou religião. Todo o nosso programa eleitoral se alicerça no aprofundamento da igualdade e da justiça social, em paralelo e de mãos dadas com a justiça ambiental.

Destacamos como medidas promotoras de liberdade individual e de igualdade o aumento do salário mínimo nacional para 1000€ até ao final da legislatura e uma estratégia nacional para a valorização salarial geral, a redução do horário de trabalho para 30 horas semanais, a revolução na educação com o currículo centrado em cada aluno, a meta de 10% de habitação pública e o programa para ajuda à compra de casa, e ainda, um Serviço Nacional de Saúde de proximidade. Acrescentamos ainda a defesa da liberdade de culto, da laicidade do estado e da igualdade entre confissões, através da renegociação dos direitos especiais da Igreja Católica e da construção de tanatórios que possam servir as cerimónias fúnebres tanto de quem não tem religião como de quem professa qualquer religião.

Achamos ainda importante que as forças de segurança recebam formação adequada e que as ações policiais sejam escrutinadas com vista ao cumprimento da lei no que concerne ao respeito total dos direitos humanos. Defendemos ainda que através da educação se promova a cidadania junto dos mais jovens no respeito pelos valores republicanos, laicos e humanistas.

O nosso programa pode ser consultado em <https://programa.partidolivre.pt/>

- 2. São favoráveis à revogação da Concordata e à revisão da Lei da Liberdade Religiosa de forma a que esta seja aplicável à igreja católica, progredindo portanto para a igualdade de tratamento das várias comunidades de convicção?**

Sim. Devem ser dados tratamentos iguais às diferentes religiões sem privilegiar a igreja católica e mantendo a laicidade do Estado. Defendemos por isso a revisão e negociação do tratado que concede à Igreja Católica direitos especiais (como isenções fiscais).

<https://programa.partidolivre.pt/propostas/18.17>

- 3. Concordam com o fim da educação religiosa na escola pública, que neste momento permite inclusivamente que os professores da maior confissão religiosa ascendam a posições executivas nos agrupamentos escolares, e que segrega alunos num espaço - o da escola pública - que deveria ser inclusivo?**

Sim. No programa do LIVRE para as legislativas de 2022 apresentamos no ponto 10 sobre Educação: “Retirar a Disciplina de Educação Moral e Religiosa do currículo das escolas públicas, devendo a formação religiosa ser deixada ao critério das famílias e concretizada nas respetivas congregações religiosas, no respeito pelo princípio da laicidade da Escola Pública, constitucionalmente consagrado.”

<https://programa.partidolivre.pt/propostas/5.10>

4. Concordam com o fim da realização de cerimónias religiosas em instituições estatais (escolas e universidades, entre outras)

Sim, uma vez que as celebrações religiosas devem estar circunscritas unicamente aos espaços religiosos.

5. São favoráveis à revogação das amplas isenções fiscais de que gozam as comunidades religiosas, nomeadamente em sede de IVA e de impostos patrimoniais?

Sim. Não é de todo justo isentar ordens e comunidades religiosas de pagamento de impostos, quando todos os cidadãos são obrigados ao seu pagamento como parte fundamental do dever de cidadania. <https://programa.partidolivre.pt/propostas/18.17>

6. Concordam com a concretização da legalização da morte assistida na próxima legislatura?

Sim. Consideramos importante que seja garantido a todos os cidadãos que o desejem, no pleno uso das suas capacidades e em plena liberdade, o direito a uma morte digna, devidamente protegido por lei. <https://programa.partidolivre.pt/propostas/4.11>

7. A liberdade de expressão é um pilar das sociedades abertas e democráticas, contestado de formas diversas por fundamentalismos religiosos e políticos. Defendem a revogação dos artigos do Código Penal português que podem ser usados para criminalizar a blasfémia (nomeadamente o n.º1 do artigo 251 e o n.º2 do artigo 252)?

Sim, somos por princípio a favor da revogação dos respectivos artigos